

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O TRABALHO DOCENTE

Priscilla Oliveira CARNEIRO¹
Universidade de Uberaba - UNIUBE

RESUMO

No contexto do trabalho docente no Brasil, analisam-se nesta investigação de abordagem qualitativa, a chegada do ensino superior no Brasil, as transformações da educação superior desde a chegada no Brasil em 1808, as leis e diretrizes que a regulamentam e os programas para ingresso nela. Além deste histórico, focaliza-se também o trabalho e a profissão docente, diferenciando trabalho de emprego e discutindo suas relações com o ofício e profissão. Destacam-se o papel do professor universitário, suas competências e habilidades, características, funções e ações enquanto profissional responsável em preparar novos cidadãos e profissionais para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Também são tratados, aspectos e características da precarização do trabalho docente a que alguns professores estão submetidos. A metodologia utilizada para a obtenção de dados foi pesquisa bibliográfica realizada em artigos científicos, decretos e livros. Dentre os resultados, tem-se que da transformação do mundo do trabalho decorrem condições precárias para a execução do trabalho docente no Brasil. Como é o caso dos contratos temporários. Além de todo este problema com as condições precárias de trabalho, o professor também enfrenta outros fatores como a falta de prestígio social, os baixos salários e a violência em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino Superior. Trabalho. Profissão Docente. Precarização.

Introdução

Para compreender o trabalho docente no ensino superior, é necessário retomar o seu início no Brasil, conhecer um pouco de sua história, analisar o que contempla a educação superior e os principais programas atuais para ingresso no ensino superior no Brasil.

Segundo Martins (2002), o ensino superior teve início no Brasil com a primeira escola fundada em 1808 com a presença da família real no país. Desde então ele vem passando por várias transformações e possibilita o ingresso de um maior número de pessoas que antes não tinham a oportunidade de ingresso em uma instituição de ensino superior (IES). Até então este era voltado apenas para a elite, ficando excluídas as outras classes.

¹ Bacharel em Enfermagem, mestranda em Educação pela Universidade de Uberaba – UNIUBE e especialista em Administração Hospitalar e em Auditoria em Sistemas de Saúde. Enfermeira auditora do IPSEMG e assistencialista no Hospital de Clínicas da UFU. priscilla_enf@yahoo.com.br

Com a transformação da educação superior foram abertas várias instituições públicas e privadas o que facilitou o acesso de outras classes sociais, além da elite, ao ensino superior. A abertura de novas vagas para o ensino superior fez crescer a demanda por docentes, aumentando o número de graduados escolhendo a docência como forma de trabalho, de emprego e/ou de vocação.

O trabalho docente, como qualquer outro trabalho, tem uma grande tendência à precarização, manifesta no crescimento do trabalho informal, nas grandes taxas de desempregos e nas formas flexíveis de contratações, tais como empregos temporários e estágios. Considerando a expressiva precarização no mundo do trabalho, toma-se como objeto de análise, a forma como se dá a atuação de docentes em instituições de ensino superior, tendo em vista compreender como estes profissionais estão atuando nas instituições de ensino, o ensino superior no Brasil, a forma de acesso e os programas para ingresso. Visto que a precarização do trabalho docente é um assunto muito discutido atualmente no mundo do trabalho.

A pesquisa é bibliográfica e a metodologia utilizada para a obtenção de dados relativos ao tema pesquisado compreendeu busca de artigos científicos, decretos e livros. Foram selecionados artigos científicos publicados em portais de periódicos eletrônicos, através de termos descritores como trabalho, trabalho docente, ofício, vocação, profissão, profissão docente ensino superior, precarização. A busca se deu pelo uso isolado e combinado dos termos nos sites scielo, hottopos e portal mec. O artigo foi estruturado em três seções. A primeira faz uma brevíssima abordagem histórica sobre a educação superior no Brasil e os programas disponibilizados para ingresso no ensino superior. A segunda faz uma análise sobre os conceitos de trabalho, emprego, profissão, vocação, ofício e caracteriza o trabalho do profissional docente e o papel desempenhado pelo professor do ensino superior. A terceira e última seção traz características da precarização do trabalho docente no país.

1 Educação Superior no Brasil

A educação superior vem passando por diversas transformações desde a sua chegada ao Brasil em 1808. Até 1889 não foram identificadas muitas mudanças na sua organização e funcionamento.

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. (MARTINS, 2002, p.1).

Outro marco importante para a expansão do ensino superior no Brasil foi, a Reforma Universitária de 1968, que “tem por finalidade oferecer respostas às demandas crescentes por ensino superior [...] e ao mesmo tempo formar quadros deste nível de modo a dar substância ao crescimento econômico [...]”. (VIEIRA, 2007, p.122).

Segundo Libâneo (2007), a educação superior tem várias finalidades. Dentre as quais destacam-se a formação de profissionais, a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e espírito científico.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/96) estabelece regulações da educação nacional e no artigo 205 define suas relações com o exercício da cidadania e qualificação para inserção no mundo do trabalho:

Art. 205. A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1).

O Decreto Federal nº 5.773, de 09 de Maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O artigo 12, do capítulo II e seção II, (BRASIL, 2006, p.5) refere sobre o credenciamento das instituições de educação superior:

Art.12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:
I- faculdades;
II - centros universitários; e
III - universidades.

Nos artigos 43 a 57 da LDB/96 (Brasil, 1996) está expressa a educação superior, abrangendo toda a estrutura para funcionamento da educação superior. Conforme o art.44 a educação superior abrange os seguintes cursos e programas:

I- cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência [...];
II - cursos de graduação [...];
III- cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros [...];
IV- cursos de extensão [...]. (BRASIL, 1996, p.15).

O artigo 45 prevê que a educação superior poderá ser ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas. Ainda segundo a LDB, dos professores universitários exige-se uma formação em nível de pós-graduação, prioritamente em programas de mestrado e doutorado. “Art.66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-à em nível

de pós- graduação, prioritamente em programas de mestrado e doutorado”. (BRASIL, 1996, p.20).

A mesma lei, no (art.52, incisos I e II), estabelece que as universidades devam apresentar “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado” e “um terço do corpo docente em regime de tempo integral”. (BRASIL, 1996, p.16). Desse modo, conforme a legislação, a formação docente deve ser realizada nas universidades e nos institutos superiores de educação (ISEs).

A preparação dos professores para o ensino superior é de grande importância, devido à sua participação ativa na construção e formação de novos profissionais. Gil (2008, p. 20-21) reporta aos cursos de mestrado como o principal meio de preparação de professores para o ensino superior, uma vez que “os programas de mestrado tem como objetivo proporcionar a seus participantes conhecimentos e habilidades para a realização de pesquisas científicas”, para que o professor não seja apenas um reprodutor, mas também um construtor de conhecimentos.

2 Ensino superior, Trabalho e Profissão Docente

Alguns programas e ações do Estado brasileiro como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) que tem como objetivo financiar a graduação de estudantes matriculados em instituições privadas; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), com bolsas oferecidas para alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas, com o objetivo de antecipar o vínculo entre os futuros professores e a sala de aula e o Programa Universidade para Todos (ProUni) é mais um programa com o objetivo de conceder bolsas para estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais em instituições vão facilitar o ingresso dos alunos ao ensino superior.

Para compreender e caracterizar o trabalho docente é necessário compreender o significado de trabalho, emprego, profissão, vocação, ofício e o papel do professor.

O trabalho é um exercício realizado para fazer ou conseguir alguma coisa. Para Michaelis (2009), o trabalho é a “aplicação da atividade humana a qualquer exercício de caráter físico ou intelectual”. O trabalho pode ser formal, informal ou autônomo. Como trabalho formal entende-se o fornecido por uma empresa, onde o trabalhador possui benefícios e carteira assinada. Já o trabalho informal é aquele realizado sem vínculo com uma empresa, e o trabalhador não possui carteira assinada. O trabalho autônomo é caracterizado por um trabalho sem vínculo empregatício, onde a pessoa física exerce por conta própria atividades com fins lucrativos ou não.

O emprego já é visto como a ocupação de uma vaga de trabalho.

O conceito de vocação representa um:

[...] convite, uma proposta à liberdade e responsabilidade do homem, à qual ele pode aderir ou não, mas não lhe compete fabricá-la ou modificá-la. É um chamado que vem de encontro ao homem, a ele cabe apenas atender ou não. [...] a vocação também não é escolhida, porém não seria correto dizer que me encontro com ela; antes ela me encontra, me chama, e correlativamente a descubro; não me é imposta, e sim apresentada, e embora não esteja em minhas mãos ter ou não ter essa vocação, permaneço frente a ela com uma essencial liberdade: posso segui-la ou não, ser fiel ou infiel a ela. (MARÍAS, 1983, p.24 *apud* BRANDÃO, p.6).

Para Brandão (2001, p. 6-7):

A vocação profissional — que supõe a escolha de uma carreira profissional, bem como seu cumprimento — deve estar subordinada, então, a afirmação de quem a pessoa é e deseja ser: é este ‘alguém’ que dá consistência e significado para o que vai ser realizado.

Para Dubar (2012), ofício é aprender pela prática os saberes profissionais. O cidadão, através da prática diária do trabalho que executa, torna-se especialista em algum tipo de serviço.

De acordo com Diniz (2001), a profissão está baseada no alto grau de conhecimento generalizado e sistematizado dos profissionais e na virtude do profissional de atentar-se antes para o interesse da comunidade do que para o seu interesse individual.

Já Dubar (2012), considera profissão como sendo escolhas e áreas autônomas que permitem a construção de uma carreira, sendo organizada por processos de socialização, educação, trabalho e carreira.

Para exercer uma atividade como profissão, o cidadão só poderá fazê-lo, mediante uma licença denominada de diploma, que comprova a formação profissional deste cidadão. A profissão está vinculada ao conhecimento intelectual e técnico científico.

Conforme Libâneo (2007) a organização da profissão docente ocorre nas dimensões trabalhista, política, sindical e científica. Na dimensão científica ocorre a produção do conhecimento tanto na área pedagógica como nos diferentes campos do saber e na relação com o ensino.

Várias são as legislações de proteção ao trabalhador. Elas têm como objetivo garantir a observância da legislação trabalhista e combater a informalidade no mercado de trabalho. Os trabalhadores possuem um órgão de apoio que é o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que é de administração federal direta e que possui várias competências. Dentre outras competências, está a responsabilidade de fiscalizar o trabalho, desenvolver o profissional, garantir segurança e saúde no trabalho. A organização sindical dos professores não era

permitida. Só a partir de 1988 com a Constituição Federal, os professores transformaram as suas associações em sindicatos e se filiaram por meio da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1989 ocorreu uma unificação numa mesma entidade federativa, criando a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e os professores do ensino superior organizaram-se em nível nacional na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), hoje chamado de sindicato nacional (LIBÂNEO, 2007).

Os sindicatos são criados também com o objetivo de serem representantes de categorias profissionais e defenderem os seus interesses em comum.

Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2004) citado por Maués (2009, p.21) é papel dos professores:

A qualidade do corpo docente é um fator de primeiro plano, quando um país, qualquer que seja, aspira a excelência de seu sistema educacional. Os professores constituem o centro do sistema escolar, e as pesquisas mais diversas confirmaram quanto a qualidade dos professores conta na aquisição dos alunos. É por isso que os poderes públicos levam tão a sério a melhoria da qualidade dos professores, para assegurar que todos os alunos se beneficiem de um bom ensino (p.1).

Com a transformação da sociedade são observadas diversas mudanças no papel do professor, do aluno e da escola. Maués (2009, p. 22) cita, de acordo, com a OCDE as modificações do papel do professor:

[...] o papel do professor se modificou na chamada sociedade do conhecimento. A OCDE indica que a sociedade se transforma, a escola deve mudar e a formação se adaptar. [...] a questão é saber quais são essas mudanças. Para esse organismo, elas estão representadas pela globalização da economia, pelo crescimento da concorrência, o que faz que seja muito difícil a um país manter o sistema educacional sem alterações. Esses fatos têm feito que as organizações responsáveis repensem os dispositivos de formação. As tarefas que hoje são exigidas desse profissional se ampliaram consideravelmente, devendo o professor ser responsável por classes multiculturais, pela avaliação e o aconselhamento de cada aluno, pela integração dos alunos com necessidades especiais, [...] pelas competências sociais, pelo aconselhamento aos pais, pelo trabalho em equipe, pela sua formação continuada, além das clássicas atribuições inerentes a função.

Os professores universitários devem possuir qualidades e habilidades que promovam discussões, apresentações, que saibam interagir os alunos e incentivar a participação dos mesmos nas atividades oferecidas em sala de aula. Professores que atendam as expectativas dos alunos e saibam promover um aprendizado agradável e eficiente. Gil (2008, p.6) aponta ações que são praticadas pelo professor em sala de aula, e as atividades desempenhadas por ele que refletem suas qualidades e habilidades:

As ações que desenvolvem em sala de aula podem ser expressas pelo verbo ensinar ou por correlatos, como: instruir, orientar, apontar, guiar, dirigir, treinar, formar, amoldar, preparar, doutrinar e instrumentar. A atividade destes professores [...] reproduz os processos pelos quais passaram ao longo de sua formação, centraliza-se em sua própria pessoa, em suas qualidades e habilidades.

Ainda conforme Gil (2008), o professor pode focar sua função na aprendizagem e no ensino. Assim quando o foco do professor é na aprendizagem, ele muda o foco do seu papel de ensinar e passa a ser um sujeito que ajudará o aluno a aprender os conhecimentos oferecidos. E quando o professor enfatiza a sua função em ensinar, de acordo com Gil (2008, p. 7):

[...] o magistério é uma vocação, que a missão do professor é a de ensinar, que para isso é que ele se preparou e que à medida que seja um especialista na matéria e que domine a arte de ensinar, ninguém melhor do que ele poderá contribuir para que, por meio do ensino, os alunos aprendam.

O foco do papel do professor está na aprendizagem, pois desta forma ele participa da aprendizagem do aluno e não faz do aluno um depositário de valores e conhecimentos. Paulo Freire (2002, p.67) reconhece na educação centrada na função de ensino como uma educação “bancária” onde os alunos são “meros objetos”, “disciplinados”, “são os educados”, “os que não sabem” e os “que escutam docilmente”. Nessa forma de educação o aluno não é participativo. Então a educação deve ser pautada na aprendizagem do aluno, participando o aluno no processo de construção do conhecimento. Para Gil (2008, p.8-9) o papel do professor de ensino superior é, “o de formar pessoas, prepará-las para a vida e para a cidadania e treiná-las como agentes privilegiados do progresso social”.

O processo de ensino de acordo com Mizukami (1986) *apud* Gil (2008, p. 10-11) pode ser abordado em cinco maneiras. A primeira é a tradicional, em que o professor é visto como especialista e é o elemento fundamental para a transmissão dos conteúdos. Nessa abordagem, o aluno é receptor passivo e o “ensino é caracterizado pelo verbalismo do professor e pela memorização do aluno” A segunda é a comportamentalista ou behaviorista, onde o conhecimento é resultado direto da experiência. “O professor é visto como um planejador educacional que transmite conteúdos que têm como objetivo o desenvolvimento de competências”. A terceira é a humanista, e o professor “não transmite conteúdos, mas dá assistência aos estudantes, atuando como facilitador da aprendizagem”. A escola nesta abordagem é “vista como a instituição que deve favorecer condições que possibilitem a autonomia dos alunos”. A quarta é a cognitivista, onde o professor deve “proporcionar a orientação necessária para que os objetos pudessem ser explorados pelos estudantes sem o oferecimento de soluções prontas”. A quinta e última abordagem do processo de ensino é a

sociocultural, em que o “conhecimento deve ser entendido como uma transformação contínua e não transmissão de conteúdos programados”.

A abordagem humanista e a sociocultural são aquelas em que o aluno participa do seu processo de ensino. Os alunos são tidos como seres pensantes e autônomos e em transformação contínua.

O papel do professor universitário para realizar a sua função deve ter um tripé envolvendo os conhecimentos específicos relacionados à matéria, as suas habilidades pedagógicas e à sua motivação. Ainda em relação aos papéis que são desempenhados pelo professor universitário, observa-se uma variedade de competências e habilidades atribuídas e dele esperadas. Gil 2008 (p.22-25) relaciona 27 papéis dos professores universitários:

Administrador, especialista, aprendiz, membro de equipe, participante, didata, educador, diagnosticador de necessidades, conferencista, modelo profissional, modelo de professor, facilitador da aprendizagem, assessor do estudante, mentor, avaliador, assessor de currículo, preparador de material, elaborador de guias de estudo, líder, agente de socialização, instrutor, animador de grupos, pesquisador, pessoa, planejador de disciplina, coach, conselheiro.

Diante de tantos papéis atribuídos ao professor universitário, reconhece-se que ele deve possuir hoje características muito diferentes das características do passado. Ele não pode ser apenas um especialista em alguma área do conhecimento. Deve ser competente, possuir características de um professor eficaz e deve estar sempre em atualização através de cursos de aperfeiçoamento e atualização, participar de eventos científicos, realizar trabalhos de pesquisa de campo e ter o hábito de muita leitura.

Segundo Gil (2008, p. 37-39), o professor universitário atual deve ter conhecimentos técnicos, visão de futuro, deve ser mediador do processo de aprendizagem, organizar e dirigir situações de aprendizagem, capaz de gerar sua própria formação contínua, ser transformador, multicultural, intercultural, reflexivo, capaz de enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão, capaz de utilizar novas tecnologias e ser um profissional aberto. Ainda segundo o mesmo autor, este profissional deve ser aberto para “o que se passa na sociedade, fora da universidade, suas transformações, evoluções e mudanças, atento para as novas formas de participação, as novas conquistas, os novos valores emergentes e as novas descobertas”.

Vários são os atributos referentes a um professor universitário eficaz. Seu papel é tarefa difícil. Isso porque, possui várias atribuições e responsabilidades. O professor é um sujeito de grande importância para a formação de novos profissionais para o mercado de trabalho. Para que ele realize as suas funções de forma eficaz, são atribuídas algumas características como as citadas por Gil (2008, p.28):

Bem humorado, gentil, tem apreço pelos estudantes, torna as aulas interessantes, expõe com clareza, estimulante, comunica altas expectativas, apaixonado pela disciplina, questionador, desafia a pensar, oferece aplicações práticas, demonstra interesse pelos estudantes, paciente, interessado no crescimento dos estudantes, oferece feedback, sensível as necessidades dos alunos, tem apreço pelos estudantes, ouve os estudantes, trata igualmente os estudantes, ajuda os estudantes a pensar, organizado, entusiasmado, amigável, reconhece suas limitações, é preparado para cada classe, acessível aos estudantes, aprecia a diversidade étnica e cultural, tem habilidade para se comunicar no nível dos estudantes, empático, não se mostra superior, reconhece as diferenças individuais, inovador, respeita os estudantes.

Maués (2009) evidencia as preocupações referente à carreira do professor, de acordo com o relatório publicado pela OCDE no ano de 2005 com abordagens referentes ao corpo docente, onde evidenciaram-se quatro preocupações referente a carreira do professor: “Preocupação de que o ensino não seja uma carreira atraente como profissão”. Esta preocupação refere-se a diminuição do status, à desvalorização deste profissional, aos problemas salariais que diminuem o número de pessoas com interesse em ingressar na carreira docente. “Preocupação relativa aos conhecimentos e competências dos professores” que representa a preocupação de como está sendo a formação do professor e a dificuldade de novos professores ingressarem na cultura escolar. “Preocupação relativa ao recrutamento, à seleção e ao emprego dos professores”, que questiona a divisão destes profissionais nas escolas, e mesmo com bons professores ainda existem problemas relacionados ao ensino-aprendizagem. “Preocupação relativa à permanência dos professores de qualidade nas escolas”, que se refere à sobrecarga de trabalho e ao estresse que estes profissionais se submetem (MAUÉS, 2009, p. 24-25).

Ainda, seguindo o raciocínio de Maués (2009), o profissional docente deve possuir um perfil de competências para a escola de hoje. Deve ter conhecimento específico da matéria e dos conteúdos ministrados, possuir competências pedagógicas, capacidade de trabalhar em equipe e de lidar com diferentes tipos de alunos.

Organizar conteúdos e promover a intervenção no que está sendo proposto é uma sugestão a ser pensada na atuação docente em sala de aula. Afinal, é preciso entender que o trabalho do professor em sala de aula engloba mais do que expor saberes e ensinar a aprender conhecimentos. Comporta o diálogo entre docente e aluno e requer uma preocupação a mais na esfera educacional, devido às questões subjetivas envolvidas, como: motivação, adequação de conteúdo à realidade do educando, formação continuada para melhoria do desempenho em sala de aula, entre outros. O processo de ensino-aprendizagem está em constante mutação devido ao fato de que a realidade se modifica em todas as instâncias (sociais, políticas,

econômicas, etc) e, concomitantemente, as normas para o ensino. Por isso, a tarefa de ensinar possui vários caminhos a serem percorridos pelo professor (além do aluno) e deve ser respeitada em seus princípios e vivências em sala de aula.

3 Precarização do Trabalho Docente

O mercado de trabalho esta cada vez mais exigente e competitivo, exigindo dos trabalhadores uma formação e desenvolvimento profissional contínuo. Observa-se que a vida e o trabalho hoje estão inseparáveis, o trabalho para muitos é uma fonte de produto, de prazer, de realização profissional e um compromisso vital.

Para Linhart (2007, p.43) o trabalho permite e organiza o encontro com o outro. “Ele constitui uma ocupação. É um meio de lutar contra a monotonia da vida, de encher o vazio, de passar o tempo”.

Antunes (2009, p.231-232) afirma que foi através do trabalho que “indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais”, e uma vez que a “[...] vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicita o ser social”.

Segundo Linhart (2007) existem dois níveis na relação com o trabalho. O primeiro nível é uma relação com o trabalho definido ao exercício de toda atividade remunerada. O segundo nível é a vivência no trabalho, que remete as atitudes e aos comportamentos no local de trabalho. Corresponde ao estabelecimento da relação entre as características intrínsecas da atividade exercida e as atitudes no trabalho. De acordo com a relação com o trabalho, todos os trabalhadores, independente de suas categorias socioprofissionais, têm em comum uma relação ambivalente com o trabalho.

A ambivalência é a relação de todos com o trabalho, em que o indivíduo não pode viver sem o trabalho uma vez que este dá sentido à vida, e outra relação a que, o trabalho impede de viver, não tendo tempo suficiente para viver. O indivíduo deve se policiar para não deixar com que o trabalho torna-se sofrimento, decepção e frustração. Para que o trabalho seja fonte de prazer é importante conseguir conciliar os momentos de trabalho e os momentos de lazer, fora do trabalho. A vida e o trabalho caminham cada dia muito juntos, uma vez que o indivíduo não consegue separá-los. Vários são os trabalhadores que realizam jornadas duplas intercalando atividades domésticas, o cuidado com os filhos, a busca por formação profissional, o que em muitas vezes compromete a eficiência e eficácia na realização do trabalho.

O trabalho docente tem sofrido com as formas atuais de flexibilização das relações de trabalho, dos direitos e contratos de trabalho sem nenhum tipo de estabilidade. Muitos docentes exercem atividades em três turnos e em instituições de ensino superior (IES) diferentes, atuando com contratos temporários e em regime de horista, sendo remunerados por hora aula. Rowe, Bastos e Pinho (2011, p.982) afirmam que “com o vínculo horista os docentes são levados a buscar conciliar o trabalho em duas ou mais instituições”.

Vários já são os estudos que abordam a precarização do trabalho docente no Brasil. Os docentes do ensino superior estão sofrendo com os reflexos das mudanças do mundo do trabalho, onde muitos estão atuando em precárias condições e contratos de trabalho.

O estudo realizado e publicado por Bosi (2007, p.1507-1509) aponta um crescimento da força do trabalho docente “que passou de 109 mil funções em 1980, para 279 mil, em 2004, um aumento de 154% ocorrido, principalmente no setor privado [...]”. Outro dado importante publicado nesta pesquisa realizada pelo mesmo autor, que de um “total docente cadastrado pelo censo do INEP (2004), apenas 16,9% trabalham em regime de dedicação exclusiva”. Este dado demonstra a flexibilidade nos regimes de trabalho e uma forma precarizada de contratação que o docente está inserido. Um exemplo de flexibilização é quando o docente passa a realizar o trabalho em casa, não tendo a obrigatoriedade de realizar em um local próprio como na escola, colocando em risco a relação entre trabalho, lazer e família. Na mesma pesquisa, segundo o mesmo autor “das IES privadas, existem mais de 118 mil docentes em regime horista, o que representa quase 70% de todos os docentes ocupados no ensino superior do Brasil”.

A sociedade capitalista, conforme Antunes (2009, p.232) vem transformando o conceito de trabalho, passando este a ser um trabalho assalariado, alienado e fetichizado. O trabalho então neste modelo de sociedade “não se satisfaz no labor, mas se degrada [...] e se desumaniza”. Ainda segundo o mesmo autor, a partir dos anos 1970, surgem distintas formas de caracterizar o trabalho precarizado, onde o termo empresa enxuta passa a ser denominado também como empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntariado, entre outros, sendo todos modos alternativos de conceituar o trabalho precarizado.

Conforme Rodrigues (2009), é a partir do século XXI que são observados vários problemas com o trabalho docente:

No século XXI, a profissionalização do trabalho docente enfrenta diversos problemas, por um lado a carreira docente é uma atividade de baixo prestígio social, e a maioria dos cursos de formação docente atrai candidatos que têm recebido uma educação básica deficitária, situação que compromete a formação inicial do ponto de vista teórico e metodológico. Além disso,

durante os anos 90, as instituições responsáveis pela formação docente apresentaram deficiências na formação dos futuros professores, apesar das transformações dos currículos e da preocupação com a atualização dos conteúdos. Os salários e condições de trabalho precárias não estimulam a inserção dos jovens na docência, em consequência, os sistemas de ensino têm dificuldades para contratar docentes qualificados (RODRIGUES, 2009, p.120).

Algumas mudanças no mundo do trabalho relacionado ao ensino superior referem-se

a:

[...] alterações na organização do campo universitário diante do aumento da demanda e da consolidação da educação superior de massas; alterações na organização do ensino superior ante o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TIC) com o desenvolvimento da educação a distância, em nível de graduação, extensão e pós-graduação; integração entre ensino e pesquisa; educação voltada para a eficiência, competitividade, “qualidade”, mudança no perfil do professor e do processo de formação; ênfase na formação continuada; mudanças nas fontes de financiamento da educação superior; impacto da mundialização do capital na educação[...]. (GARCIA, 2009, p.139).

Além das mudanças no mundo do trabalho, Gil (2008) demonstra que o professor também enfrenta dificuldades em sala de aula referente aos alunos com dificuldade de concentração, estudantes irritados, agressivos, desafiadores, desatentos, a diversidade, estudantes que não se preparam para as aulas, desanimados, trapaceadores, com desculpas, entre outros. São dificuldades que interferem no trabalho do professor e afetam a realização de um trabalho com qualidade.

Lelis (2012, p. 155) refere sobre os principais desafios colocados ao trabalho dos professores no Brasil hoje, destacando “o mal estar profissional provocado pela sobrecarga de trabalho, pelo esgotamento (síndrome de *burnout*), pelos baixos salários, pelas dificuldades de atualização profissional”.

Segundo Maroy (2006), citada por Lelis (2012):

[...] o trabalho do professor tem se modificado em termo do conteúdo e da autonomia profissional, em função da avaliação dos sistemas escolares e da política de responsabilização. [...] a centralização do currículo, a instauração de mecanismos de quase-mercado e a avaliação externa dos estabelecimentos e dos professores afetam tanto os modos de regulação do sistema como o funcionamento das escolas e do trabalho docente. (LELIS, 2012, p.156).

O professor hoje no Brasil enfrenta várias situações caracterizadas como trabalho precarizado. Dentre elas, podemos citar, de acordo com Souza (2009), os contratos de trabalho pela CLT, a individualização das carreiras, uma modalidade ligada à maneira como se exerce a atividade, recrutamento de professores temporários para empregos e funções públicas consideradas permanentes como o ensino, trabalho assalariado através de avaliação

do trabalho individualizado entre outras. Essa individualização enfraquece as ações coletivas e colabora para o declínio do sindicalismo, diminuindo as formas de proteção e luta dos direitos dos professores. Dado o modelo produtivista, eles estão perdendo a sua autonomia profissional e submetendo-se a condições precárias de trabalho e emprego.

Considerações Finais

O ensino superior possui várias finalidades e permite, aos nele ingressantes, a oportunidade de adquirirem conhecimentos e habilidades para possuírem uma formação profissional e um pensamento crítico e reflexivo. Além dessas finalidades o ensino superior conduz a pessoa a ser um indivíduo com mais prestígio social e ao mesmo tempo um referencial para as outras pessoas.

Este estudo demonstra que o ingresso na educação superior no Brasil pode ser em faculdades, centros universitários e universidades tanto públicas como privadas. O ensino nestas instituições pode ser nas modalidades presencial, semipresencial ou à distância. Várias são as legislações e decretos que definem como deve ser o funcionamento destas instituições e quais são os requisitos dos profissionais atuantes como professores. Diante da pesquisa realizada, foram abordados vários conceitos utilizados pelo novo mundo do trabalho, que exige e seleciona profissionais com formação científica, competências e habilidades para serem professores. Alguns autores como Gil e Maués definem o papel do professor e as características de um professor eficaz.

O professor é um sujeito de grande importância e responsabilidade para a formação de novos profissionais para o mundo do trabalho. Os professores possuem além da função de formar novos profissionais, o papel também de formar pessoas e prepará-las para a vida social. Além da preocupação com estas pessoas, que estão sendo formadas, o professor tem a responsabilidade e obrigação de realizar a sua educação continuada. Este sujeito de grande importância para o mundo do trabalho deve estar sempre em qualificação para possuir e alavancar as suas qualidades e habilidades de tornar o processo de ensino e aprendizagem atrativo e de qualidade.

Observa-se também, que a transformação do mundo do trabalho colabora para a criação de condições precárias para a execução do trabalho docente no Brasil. São citados na pesquisa, alguns autores que estudam e abordam as precárias condições de trabalho que os docentes estão inseridos. Vários professores possuem contratos temporários, vínculos empregatícios como horistas e contratos como professores substitutos e outros contratos que não possuem nenhum tipo de estabilidade e plano de carreira. Além de todo este problema,

com as condições precárias de contratos de trabalho, o professor também enfrenta outras dificuldades, como a falta de prestígio social, a violência em sala de aula, os baixos salários, e dificuldades para atualização, uma vez que, para melhorarem a sua renda mensal, executam atividades em mais de um turno de trabalho e também em mais de uma instituição. Estes reflexos do novo mundo do trabalho têm feito com que muitos profissionais sintam-se decepcionados com a profissão docente, doentes pelas condições de trabalho precárias e desestimulados com a profissão. Estas condições também diminuem o número de indivíduos interessados em exercer a profissão de professor.

Agradecimentos

A minha professora e orientadora Dra. Sálua Cecílio, pelo seu apoio, dedicação e amizade, que foram fatores fundamentais para a realização da pesquisa.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.
- BRANDÃO, Silvia Regina Rocha. **A Vocação Humana: uma abordagem antropológica e filosófica**. São Paulo: Videtur, 2001. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vidlib7/sb.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2013 às 22:02h.
- BRASIL. **Decreto Federal nº 5.773, de 09 de Maio de 2006**. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 24 de jun. de 2013 às 19:12h.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 26 de abr. de 2013 às 02:57.
- DINIZ, M. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação a distância, competências, tecnologias e o trabalho docente: pontuando relações, fragilidades e contradições. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, Alínea, 2009. p. 135-164.
- GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas S.A, 2008.
- LELIS, Isabel. **O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, nº 29, jan.\abr. 2012, p.152-174.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. (Org). **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em Formação.

LINHHART, Daniele. Para uma perspectiva do trabalho. In. **A desmedida do capital.** São Paulo: Boitempo, 2007, p.35-63.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira, vol.17, suppl. 3, São Paulo, 2002.

MAUÉS, Olgaídes Cabral. A agenda da OCDE para a educação: a formação do professor. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, Alínea, 2009. p. 15-39.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Carreira docente e os desafios da profissionalização do trabalho dos professores. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, Alínea, 2009. p. 117-133.

ROWE, Diva Ester Okazaki; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt e PINHO, Ana Paula Moreno. **Comprometimento e entrincheiramento na carreira:** um estudo de suas influências no esforço instrucional do docente do ensino superior. Ver. adm. Contemp. [online]. 2011, vol. 15, n.6, pp. 973-992. ISSN 1982-7849.

SOUZA, Aparecida Neri de. As formas atuais de modernização do trabalho de professores: individualização e precarização. CECILIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Orgs). **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, Alínea, 2009. p. 91-115.

VIEIRA, Lerche Sofia. **Política Educacional no Brasil:** Introdução histórica. Brasília: Liber 2007.